



Simulado Final

TCE BA

AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO

PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado TCE BA – Auditor Estadual de Controle Externo

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TCE BA (Auditor Estadual de Controle Externo);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TCE-BA-02-12>

- | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) | 61 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) | 62 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) | 63 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) | 64 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) | 65 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) | 66 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) | 67 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) | 68 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) | 69 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) | 70 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | 51 – (A) (B) (C) (D) (E) | 71 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | 52 – (A) (B) (C) (D) (E) | 72 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | 53 – (A) (B) (C) (D) (E) | 73 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | 54 – (A) (B) (C) (D) (E) | 74 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | 55 – (A) (B) (C) (D) (E) | 75 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | 56 – (A) (B) (C) (D) (E) | 76 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | 57 – (A) (B) (C) (D) (E) | 77 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | 58 – (A) (B) (C) (D) (E) | 78 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | 59 – (A) (B) (C) (D) (E) | 79 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | 60 – (A) (B) (C) (D) (E) | 80 – (A) (B) (C) (D) (E) |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriane Figueiredo***TEXTO I**

O número de desastres, como inundações e ondas de calor, causados pela mudança climática aumentou cinco vezes nos últimos 50 anos, matando mais de 2 milhões de pessoas e custando US\$ 3,64 trilhões em perdas totais, informou a ONU em relatório divulgado. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) afirma que seu "Atlas" é a análise mais abrangente de mortalidade e perdas econômicas causadas por clima, água e extremos climáticos já produzida.

O relatório mostra uma tendência de aceleração, com o número de desastres aumentando quase cinco vezes da década de 1970 até a década mais recente, reforçando os sinais de que eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes devido ao aquecimento global. "O número de fenômenos extremos está aumentando. Devido à mudança climática, estes serão mais frequentes e severos em muitas partes do mundo", afirmou em comunicado o secretário-geral da OMM.

Apesar de os eventos serem mais caros e frequentes, o número anual de mortes caiu de mais de 50 mil na década de 1970 para cerca de 18 mil na década de 2010, sugerindo que "sistemas aprimorados de alerta precoce levaram a uma redução significativa na mortalidade", acrescentou o secretário-geral. "A diferença é a prevenção", destacou em comunicado Mami Mizutori, que dirige a Agência da ONU para Redução de Risco de Desastres (UNDRR, na sigla em inglês). Ele recordou que, após o Katrina, Nova Orleans investiu US\$ 14,5 bilhões em dispositivos de combate às inundações.

De acordo com a OMM, é possível afirmar que, em média, aconteceu um desastre vinculado ao clima a cada dia dos últimos 50 anos, provocando o equivalente à morte de 115 pessoas e perdas materiais de US\$ 202 milhões por dia. As secas foram responsáveis pelas perdas humanas mais graves durante o período, com quase 650 mil

vítimas fatais, enquanto as tempestades tiraram a vida de mais de 577 mil pessoas. Já as inundações mataram 59 mil pessoas e as temperaturas extremas quase 56 mil, segundo o relatório.

A organização também explica que mais de 91% das 2 milhões de mortes ocorreram em países em desenvolvimento, observando que apenas metade dos 193 membros da OMM têm sistemas de alerta precoce. Nesse sentido, Mizutori exortou as principais economias do mundo a ajudarem os países em desenvolvimento a investirem em sistemas de alerta e modelagem de risco, alertando para a necessidade de melhorar as redes de observação meteorológica em países da África, em certas áreas da América Latina e nas ilhas do Pacífico e Caribe.

Ele celebrou no comunicado as vidas que foram salvas graças aos sistemas de alerta, mas advertiu que "o número de pessoas expostas a riscos aumenta devido ao crescimento da população em áreas que podem sofrer catástrofes e a uma intensidade e frequência crescentes dos fenômenos" extremos.

(O GLOBO - Agências internacionais. Adaptado)

- 01.** De acordo com a leitura do texto, os desastres
- Foram menos frequentes devido aos sistemas de alerta.
 - Aconteceram predominantemente em países em desenvolvimento.
 - Não puderam ser monitorados devido à ausência de sistemas em países subdesenvolvidos.
 - Vitimaram menos pessoas devido aos sistemas de alerta.
 - Resultaram do processo de desenvolvimento de países da África, América Latina e nas Ilhas do Pacífico e Caribe.

02. Os adjetivos podem indicar qualidades positivas ou negativas, características, estados ou relações dos substantivos.

Assinale a frase em que o adjetivo indica uma característica.

- a) aula monótona
- b) comida oriental
- c) superfície lisa
- d) programa divertido
- e) origem europeia

03. As opções a seguir apresentam frases que se apoiam basicamente num dos sentidos humanos. Assinale aquela em que há a indicação adequada do sentido predominante no texto.

- a) Os carros passavam rapidamente a poucos centímetros dos observadores / olfato.
- b) Os ruídos daquela festa atrapalharam o sono / tato.
- c) A aspereza da superfície incomodava / audição.
- d) O odor daquela mistura desagradava / visão.
- e) O início pode ser doce, mas o fim é amargo / paladar

04. A concordância nominal e verbal estão corretas na alternativa:

- a) Haveria bastantes dados se os falantes se sentissem mais à vontade com o gravador.
- b) Em uma pesquisa inicial, foi descrito, conforme relatado em artigos da área, inúmeros dados de fala.
- c) Tanto a língua escrita quanto a língua falada varia.
- d) Como demonstrado pela pesquisadora, existe evidências científicas da variação linguística.
- e) A pesquisa dos linguistas demonstram resultados muito interessantes.

05. “Eles parecem dois pombinhos”. Nessa frase, o vocábulo “pombinhos”, formado com o sufixo -inho, perdeu o valor de diminutivo, passando a significar “casal feliz, apaixonado”. Indique a opção em que todas as palavras receberam um novo significado na forma diminutiva:

- a) folhinha, santinho, casebre
- b) terrinha, povinho, santinho
- c) pegadinha, livreco, patricinha
- d) santinho, coxinha, vaquinha
- e) coxinha, casinha, folhinha

TEXTO PARA A QUESTÃO 6

O filósofo alemão Hegel, que viveu no começo dos anos 1800, sugeriu que “o que aprendemos da história é que não aprendemos com a história”. É difícil discordar do filósofo. A pandemia e a mudança climática têm mais em comum do que se enxerga à primeira vista. Ambas são ameaças globais. O vírus não respeita fronteiras e, portanto, só será plenamente controlado quando todos os países estiverem imunizados.

A mudança climática tem como principal vilão a emissão de gases de efeito estufa. Tanto faz em que continente a emissão ocorre. Portanto, as respostas a ambas as ameaças terão que ser globais e sincronizadas. Não é de hoje que se sabe que a mudança climática terá efeitos devastadores se não debelada a tempo. As chocantes lições da pandemia parecem ter acordado a consciência coletiva do planeta quanto aos limites de resistência a abusos.

06. De acordo com o texto, a semelhança entre a pandemia e a mudança climática está

- a) na origem de ambas as ameaças.
- b) no alcance e no método de enfrentamento.
- c) somente na necessidade de uma resposta global.
- d) no modo como as autoridades as enfrentam.
- e) nas consequências trazidas por ambas.

07. O trecho que apresenta uma partícula expletiva sublinhada está em:

- a) Ainda que houvesse oportunidade, os candidatos não voltariam.
- b) Se todos concordassem, não haveria necessidade de reagendamento
- c) Haveria lá, naquela casa, uma alegria constante.
- d) A artista não participará dos últimos dias de evento.
- e) É a máquina que faz todo o trabalho pesado.

08. Na língua portuguesa, as preposições (combinadas ou não com artigos) podem ser exigidas por termos anteriores. Entre as preposições destacadas abaixo, aquela que é exigida sintaticamente pelo termo anterior é:

- a) Aquelas pessoas sabiam da necessidade de se combater o preconceito.
- b) O carro do jogador foi encontrado em uma rua sem saída.
- c) A panela de arroz foi o item mais caro pedido pelos noivos.
- d) Após o atraso, as crianças foram de ônibus para a escola.
- e) Todos estavam preocupados com as eleições estaduais do próximo ano.

09. Na linguagem popular aparecem várias formas de superlativo. Assinale a opção em que não aparece uma dessas formas.

- a) Esse relógio é caro mesmo!
- b) Na infância eu era feliz pra burro!
- c) Ele saiu tão bonito nessa foto!
- d) Após o banho, saí cheirosão!
- e) Ele é inteligente de verdade!

10. Assinale a opção que apresenta a frase que não contém em seu interior uma estrutura comparativa.

- a) “A ciência ajuda a entender a realidade, a fé ensina a conviver com o incompreensível”
- b) “A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida”
- c) “O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente”
- d) “Quando a festa acontecia anualmente, todos ajudavam na organização”
- e) “A vida na infância passava lentamente; agora falta-nos tempo para apreciá-la”.

11. Um texto relacionava semanticamente os vocábulos reger/batuta, numa relação lógica de ação/instrumento. Esse tipo de relação só NÃO se repete adequadamente em:

- a) cortar / faca
- b) escrever / caneta
- c) beber / água
- d) apagar / borracha
- e) digitar / teclado

12. “Ao contrário do que dizem, não é ali que moram os amantes.”

Nesse segmento, há duas formas verbais na terceira pessoa do plural: *dizem e moram*.

Sobre essas formas, assinale a opção correta.

- a) As duas formas mostram sujeitos simples.
- b) Só a segunda forma tem sujeito desinencial.
- c) As duas formas mostram sujeitos indeterminados.
- d) A primeira oração não tem sujeito.
- e) Só a primeira forma tem sujeito indeterminado.

13. Na frase “Foi o maior evento meteorológico deste século”, o emprego do demonstrativo “este” se justifica pela mesma razão que na seguinte frase:

- a) Passamos por este momento com muita tristeza;
- b) João e Pedro partiram, mas só este foi de avião;
- c) Não me venha com este presente novamente;
- d) Este é o meu livro e esse é o seu!
- e) Este telefone não me pertence.

14. Levando-o a um estado mental de paz e caos, a filosofia enobrece o homem, como se tudo que tivesse vivido antes fosse menor que o instante atual. A frase acima conservará seu sentido e sua correção formal no caso de o elemento sublinhado ser substituído por

- a) Permitindo-lhe chegar em um estado mental de paz e caos.
- b) Embora o leve a um estado mental de paz e caos.
- c) Ainda que o leve a um estado mental de paz e de caos.
- d) Uma vez que o conduz a um estado mental de paz e de caos.
- e) Possibilitando-o alcançar um estado mental de paz e caos

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Eduardo Mocellin

15. Considere a afirmação a seguir:

“Se não estudo para concursos públicos, então sou um ser humano feliz.”

Analise, a seguir, três novas afirmações:

- I. Se estudo para concursos públicos, então não sou um ser humano feliz.
- II. Se sou um ser humano feliz, então não estudo para concursos públicos.
- III. Se não sou um ser humano feliz, então estudo para concursos públicos.

Assinale a opção que indica a(s) afirmação(ões) que é(são) equivalente(s) à inicial.

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

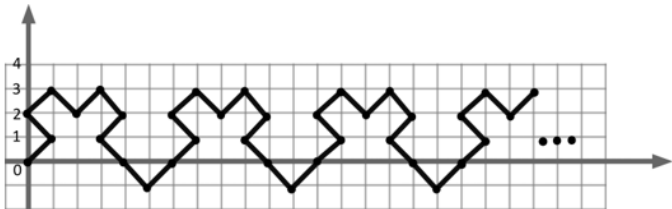
16. Os amigos Fernando, Victor e Marcos nasceram em estados diferentes: um é gaúcho, um é baiano e o outro é mineiro. Além disso, os três amigos apresentam profissões diferentes: um deles é engenheiro, um é enfermeiro e o outro é músico. Sabe-se que:

- I. O engenheiro é baiano;
- II. O mineiro não é enfermeiro;
- III. Victor não é gaúcho;
- IV. Marcos não é engenheiro.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) o músico é mineiro.
- b) o enfermeiro não é gaúcho.
- c) Fernando é engenheiro.
- d) Victor é baiano.
- e) Marcos é gaúcho.

17. A figura a seguir mostra o trajeto de um coelho em um plano cartesiano. Cada quadriculado representado na figura apresenta lado 1, e cada passo do coelho tem comprimento $\sqrt{2}$ e corresponde à diagonal de um quadriculado de lado 1.



A partir do ponto $X = (0; 0)$, o coelho deu 4314 passos até chegar ao ponto Y . O ponto Y é:

- a) (2586; 0)
- b) (2586; 2)
- c) (2587; 1)
- d) (2587; 3)
- e) (2588; 2)

18. O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, durante um período determinado. Já o PIB per capita é o Produto Interno Bruto dividido pelo total de habitantes da região considerada.

Em um determinado país, durante o período de um ano, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 7,0%, enquanto o número de habitantes aumentou 2,0%. Logo, o aumento do PIB per capita foi:

- a) Maior ou igual a 5,2%.
- b) Maior ou igual a 5,0% e menor do que 5,2%.
- c) Maior ou igual a 4,8% e menor do que 5,0%.
- d) Maior ou igual a 4,6% e menor do que 4,8%.
- e) Menor do que 4,6%.

19. Um professor disse ao seu aluno: “Hoje minha idade é o quadrado da sua, mas daqui a 10 anos serei 30 anos mais velho do que você”. A diferença entre a idade do professor e a idade do aluno é:

- a) 72
- b) 56
- c) 42
- d) 30
- e) 20

20. Em uma oficina mecânica, as probabilidades de haver as peças A, B e C disponíveis para uso são de, respectivamente, 60%, 70% e 70%.

A probabilidade de, em um dado momento, estar disponível pelo menos uma das três peças é:

- a) 98,2%
- b) 96,4%
- c) 85,2%
- d) 82,6%
- e) 78,0%

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICAVEL

Herbert Almeida

21. Não podem ocupar, simultaneamente, cargos de Conselheiro parentes, consanguíneos ou afins, na linha reta ou colateral até o segundo grau. Nos termos da Lei Orgânica do TCE Bahia, eventual incompatibilidade decorrente dessa restrição resolver-se-á:

- a) antes da posse, contra o que lhe deu causa.
- b) se a ambos imputável, mediante sorteio.
- c) depois da posse, contra o último nomeado ou contra o mais moço, se nomeados na mesma data.
- d) antes da posse, contra o último nomeado ou contra o mais moço, se nomeados na mesma data.
- e) antes ou depois da posse, por meio de sorteio.

22. Câmara do TCE-BA aplicou, em competência originária, sanções ao agente público Arnaldo. Inconformado, Arnaldo procurou um advogado e questionou sobre a possibilidade de apresentar recurso. Analisando os autos, constatou-se que a decisão não apresentava contradição, omissão ou obscuridade. Nesse caso, o advogado respondeu que será cabível a apresentação de:

- a) embargos de declaração.
- b) apelação.
- c) agravo.
- d) embargos infringentes.
- e) revisão.

23. Segundo o Regimento Interno do TCE Bahia, as suas atribuições possuem, entre outras, as seguintes naturezas:

- a) consultiva e jurisdicional própria.
- b) verificadora e legislativa.
- c) auditorial e reformatória.
- d) coercitiva e apelativa.
- e) essencialmente punitiva e apelativa.

24. De acordo com o Regimento do TCE Bahia, as contas serão consideradas ilíquidas quando:

- a) o montante do débito apurado superar cinco vezes o patrimônio líquido do responsável.
- b) for comprovado caso fortuito ou força maior que impeçam sua prestação, ensejando o arquivamento definitivo, de imediato, das contas.
- c) o responsável solicitar o parcelamento do débito.
- d) o responsável for declarado em alcance.
- e) for comprovado caso fortuito ou força maior que impeçam sua prestação, mas o processo poderá ser restabelecido no prazo de cinco anos, se sobrevierem documentos hábeis.

25. Se constatar irregularidades em contratos, caberá ao TCE Bahia, nos termos da sua Lei Orgânica:

- a) sustar imediatamente o ajuste, comunicando o fato à Assembleia Legislativa.
- b) comunicar o Poder Legislativo, que terá competência para decidir acerca do tema, mas o Tribunal poderá imputar multa diária ao responsável, no caso de descumprimento de preceito legal, depois de decorridos noventa dias sem a adoção das medidas cabíveis.
- c) declarar a nulidade do contrato, comunicando o fato ao Legislativo.
- d) representar ao Ministério Público, que adotará as medidas para sustar o contrato.
- e) ingressar com medida de suspensão junto ao Poder Judiciário.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

26. Os tribunais de contas exercem um conjunto complexo de funções, buscando proteger o patrimônio e o interesse públicos. Sobre a classificação das funções das cortes de contas, é incorreto afirmar que:

- a) entre outras competências, a função fiscalizatória é exercida pelo Tribunal de Contas da União quando é realizado o exame, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- b) o Tribunal de Contas da União exerce a função jurisdicional quando julga as contas dos responsáveis por dano ao erário e quando emite parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- c) há funções que podem ser exercidas em conjunto, como a função sancionatória e pedagógica, uma vez que a aplicação de penalidades também tem a função de coibir a prática de novos ilícitos, direcionando os agentes públicos para adoção de condutas regulares.
- d) a Lei de Responsabilidade Fiscal outorga ao TCU diversas atribuições informativas, também denominadas de função de alerta, como ocorre quando a Corte alerta os Poderes e órgãos públicos que os respectivos gastos com pessoal ultrapassaram 90% do limite definido em lei.
- e) a análise sobre despesas supostamente não autorizadas ocorre em conjunto entre o Tribunal de Contas da União e o Poder Legislativo, momento em que o Tribunal exerce a sua função consultiva, ao emitir o parecer conclusivo sobre o tema.

27. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado da Bahia, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.
- e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

28. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social.

Além disso, sobre o papel dos Tribunais de Contas no controle das contratações públicas, nos termos da Lei 14.133/2021, pode-se afirmar que:

- a) as linhas de defesa são formadas pelos agentes públicos e órgãos da administração promotora da licitação, como os agentes de licitação, órgãos de assessoramento jurídico e sistema de controle interno, mas não pelo Tribunal de Contas, uma vez que este é órgão do sistema de controle externo.
- b) ao suspender cautelarmente o processo de licitação, o Tribunal de Contas, após o decurso do prazo legal, deverá pronunciar-se sobre o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado pela suspensão da licitação, no caso de objetos essenciais ou de contratação por emergência.
- c) a Nova Lei de Licitações veda que o Tribunal de Contas da União emita medidas cautelares sem a prévia oitiva da autoridade competente, buscando evitar que o interesse público seja obstado pela suspensão da licitação.
- d) A decisão que examinar o mérito da medida cautelar que suspender processo de licitação deverá definir as medidas necessárias e adequadas, em face das alternativas possíveis, para o saneamento do processo licitatório, mas não poderá determinar a sua anulação.
- e) A Nova Lei de Licitações expressamente faculta ao gestor público descumprir a medida cautelar do Tribunal de Contas, de forma fundamentada, como meio para assegurar o cumprimento do interesse público.

29. A empresa estatal Alfa foi instituída com recursos da União e do Estado Alfa. Após as devidas negociações, ficou acertado que a União contribuiria com 49% do capital da entidade, enquanto o Estado Alfa contribuiria com 51%, tendo, assim, o controle acionário.

Alguns anos após a constituição, o TCU julgou tomada de contas especial, considerando que o gestor da empresa estatal Alfa não lhe prestou contas. Em resposta, o gestor informou que não fez a prestação de contas, uma vez que a empresa estatal Alfa não estava sujeita à jurisdição do TCU.

Considerando a jurisprudência do STF, a resposta do gestor está:

- a) incorreta, uma vez que a empresa estatal Alfa se encontra sujeita à jurisdição do TCU e do TCE do Estado Alfa, na medida da contribuição de cada ente Federativo para a formação do capital da entidade.
- b) correta, pois se trata de matéria de autonomia federativa, uma vez que a União não pode adotar medidas invasivas sobre órgãos, entidades ou sociedades sob o controle de poder público de outro ente da Federação.
- c) correta em partes, pois o TCU não poderia instaurar tomada de contas especial, mas poderia julgar as contas ordinárias, em relação ao capital da União.
- d) correta, pois o TCU não exerce jurisdição sobre empresas públicas e sociedades de economia mista.
- e) incorreta, uma vez que o TCU, como Entidade Fiscalizadora Superior, pode exercer o controle sobre empresas estatais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

30. Os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da administração pública não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os litígios sejam resolvidos em âmbito administrativo.
- d) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativas de natureza jurisdicional.
- e) no sistema adotado no Brasil, qualquer litígio administrativo poderá ser levado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento perante o poder público.

31. O sistema clássico de repartição de competências defendido pelo Barão de Montesquieu, em O espírito das leis, não atende mais à complexidade da sociedade atual. É inimaginável acreditar que o poder, na sociedade, divida-se apenas em três plexos de competência: legislativo, executivo e judiciário. O sistema hodierno é muito mais complexo, motivo pelo qual vários Estados acabam instituindo estruturas autônomas, sem subordinação a qualquer dos Poderes clássicos.

Nessa linha, é correto afirmar que o Tribunal de Contas:

- a) é órgão subordinado às casas do Poder Legislativo, ainda que não faça parte deste Poder.
- b) compõe o Poder Judiciário, mas goza de características e prerrogativas próprias.
- c) não faz parte da estrutura dos três Poderes, motivo pelo qual as suas decisões formam coisa julgada em sentido estrito.
- d) não compõe o Poder Legislativo, mas as suas decisões estão sujeitas à revisão das casas legislativas, que são titulares do controle externo.
- e) não é subordinado ao Poder Legislativo, exercendo atribuições próprias e privativas, nos termos da Constituição Federal.

32. O Tribunal de Contas do Estado julgou as contas de João, imputando-lhe débito e multa. Nesse caso, é correto afirmar que a decisão do Tribunal terá eficácia de:

- a) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao próprio Tribunal de Contas, por intermédio de seu Ministério Público especializado.
- b) título executivo judicial, cuja execução caberá ao Ministério Público ou à procuradoria jurídica do ente beneficiário da decisão.
- c) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao ente público beneficiário da condenação imposta, por intermédio de seus procuradores que atuam junto ao órgão jurisdicional competente.
- d) título executivo judicial ou extrajudicial, cuja natureza dependerá da forma de execução da decisão.
- e) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao Ministério Público especializado, que funciona junto ao Tribunal, ou à procuradoria do órgão competente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

33. Em 2022, ocorreu uma alteração da Constituição mediante a Emenda 122/2022.

“Art. 102 – O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.”

Considerando tal fragmento e a teoria do poder constituinte, o ato em tela deve ser corretamente enquadrado como forma de expressão legítima do poder constituinte

- a) supranacional.
- b) originário.
- c) derivado decorrente.
- d) derivado difuso.
- e) derivado reformador.

34. Juca, hábil escritor, almejava elaborar a biografia de um renomado ator, famoso não só pela atuação em teatro, novela e filmes, como por sua conturbada vida pessoal. Ao solicitar ao ator o acesso ao seu arquivo pessoal, Juca recebeu não só a negativa de colaboração como também uma vedação peremptória à futura publicação da obra cuja elaboração há pouco se iniciara. Ao procurar um advogado, foi corretamente informado a Juca que, na perspectiva constitucional

- a) a publicação da obra, enquanto projeção do direito à intimidade, está condicionada à autorização do ator.
- b) a publicação da obra somente não carecerá de autorização do ator enquanto ele estiver em atividade, o que decorre do interesse público na informação.
- c) apesar de a publicação da obra não carecer de autorização do ator, é necessário que aprove o seu conteúdo, de modo a evitar a potencial causação de danos morais.
- d) não é necessária a autorização da pessoa biografada, o que decorre da prevalência das liberdades de pensamento e de expressão, incompatíveis com a censura prévia.
- e) a publicação da obra somente carecerá de autorização do ator enquanto ele estiver em atividade, o que decorre do seu possível impacto no direito social ao trabalho.

35. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

36. Maria, deputada estadual, solicitou que sua assessoria jurídica elaborasse projeto de lei a respeito de certa matéria, conforme as diretrizes que estabeleceu. Ato contínuo, a assessoria esclareceu que a referida matéria se enquadrava no conceito constitucional de competência legislativa concorrente, o que significa dizer que o projeto a ser elaborado:

- a) somente pode disciplinar a matéria se a União tiver editado normas gerais a respeito da respectiva temática;
- b) pode disciplinar a matéria, mas deve observar as normas gerais editadas pela União e, à falta destas, será pleno o espaço de conformação do Poder Legislativo estadual;
- c) pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com normas federais, deve prevalecer a norma estadual, considerando o princípio da especificidade do interesse;
- d) pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com a norma geral editada posteriormente pela União, a norma estadual será considerada revogada;
- e) pode disciplinar a matéria, caso venha a ser autorizado pela União, devendo prevalecer a norma de maior hierarquia caso haja conflito com normas federais ou municipais.

37. O controle externo financeiro da União e das entidades da administração federal direta e indireta é atribuição do Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas da União. De acordo com a Constituição Federal, é competência do Tribunal de Contas da União:

- a) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- b) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, sanções como multa proporcional ao dano causado ao erário, por meio de decisão com eficácia de título executivo judicial.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Pública, exceto entidades da administração indireta.
- e) apreciar as contas prestadas semestralmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.

38. O órgão competente da União expediu o ato de concessão da aposentadoria voluntária de Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo.

Logo depois, o ato foi submetido a registro perante o Tribunal de Contas da União, sendo certo que esse órgão:

- a) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria;
- b) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria, que se inicia a contar da sua publicação;
- c) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria, que se inicia com a chegada do processo ao Tribunal de Contas;
- d) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria, mas, ultrapassados cinco anos, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- e) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Maria, mas, se da análise puder resultar alteração do ato inicial, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

39. No mês de outubro de 2022, cinco servidores públicos municipais, ocupantes de cargos de direção e chefia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, foram flagrados em operação da Polícia Civil contra corrupção. Os agentes públicos se associaram com a finalidade de obterem vantagens patrimoniais indevidas exigindo, reiterado e sistematicamente, o pagamento de propinas de construtores para a omissão na fiscalização efetiva de empreendimentos e obras ilegais ou irregulares, permitindo a conclusão dessas obras, ao deixarem de executar as suas demolições sumárias na via administrativa, conforme previsto na legislação municipal.

De acordo com o Ministério Público, os servidores, além de receberem para si vantagem econômica decorrente de omissão nas atribuições do cargo, praticaram os crimes de organização criminosa, concussão (exigir vantagem em razão do cargo público), lavagem ou ocultação de bens e valores e omissão do dever legal de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental.

Conforme o caso fictício em tela e de acordo com a Lei n.º 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, os cinco servidores públicos praticaram:

- a) ato que importa em enriquecimento ilícito, podendo a autoridade judicial competente determinar o afastamento dos agentes públicos do exercício do cargo, com prejuízo da remuneração, em até quarenta e cinco, prorrogáveis uma única vez por igual prazo;
- b) ato que importa em enriquecimento ilícito, podendo a autoridade judicial competente determinar o afastamento dos agentes públicos do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, em até sessenta dias improrrogáveis;
- c) ato que importa em enriquecimento ilícito, podendo a autoridade judicial competente determinar o afastamento dos agentes públicos do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração,

- em até noventa dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo;
- d) ato que causa prejuízo ao erário, podendo a autoridade judicial competente determinar o afastamento dos agentes públicos do exercício do cargo, com prejuízo da remuneração, em até sessenta dias improrrogáveis;
- e) ato que atenta contra os princípios da Administração Pública, podendo a autoridade judicial competente determinar o afastamento dos agentes públicos do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, em até quarenta e cinco, prorrogáveis uma única vez por igual prazo.
- 40.** Uma empresa privada que opera como concessionária de serviços públicos de distribuição de gás está enfrentando um processo de indenização movido por cidadão que sofreu ferimentos graves ao cair em um bueiro com a tampa deslocada. O demandante busca a responsabilidade objetiva da empresa. A decisão de processar a concessionária de serviços públicos:
- a) não possui amparo no ordenamento jurídico, pois deveria ter sido ajuizada contra a concessionária e o Estado, uma vez que há solidariedade na responsabilidade;
- b) possui amparo no ordenamento jurídico vigente, uma vez que as concessionárias de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que causarem no desempenho de suas atividades;
- c) não é coerente com o ordenamento jurídico, que restringe a responsabilidade objetiva ao Estado;
- d) possui amparo no ordenamento jurídico, mas a empresa responde sob a modalidade subjetiva, uma vez que tem personalidade jurídica de direito privado;
- e) não possui amparo legal, tendo em vista que se tratou de um evento de força maior, inevitável e imprevisível.
- 41.** De acordo com a lei n.º 14.133/2021, assinale a alternativa correta:
- a) Aquele que elaborar o anteprojeto, o projeto básico ou o projeto executivo, seja pessoa física ou jurídica, quando a licitação envolver a construção ou fornecimento de bens relacionados a ele, não terá permissão para concorrer na licitação ou participar da execução do contrato, seja de forma direta ou indireta, ainda que no apoio das atividades de planejamento da contratação, sob a supervisão de agentes públicos do órgão ou entidade licitante;
- b) Com exceção dos contratos com duração inferior a 12 (doze) meses, a inclusão no edital de índice de reajustamento de preço será obrigatória, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de estabelecer mais de um índice específico ou setorial, de acordo com a realidade do mercado dos respectivos insumos;
- c) Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras podem, com uma justificativa prévia da autoridade competente, requerer que o contratado implemente, em benefício de um órgão ou entidade da Administração Pública ou de entidades por ela designadas através de um processo isonômico, ações de compensação comercial, industrial ou tecnológica, ou o acesso a condições favoráveis de financiamento, seja de forma cumulativa ou não, conforme determinado pelo Poder Executivo federal;
- d) As modalidades de licitação reguladas pela Lei n.º 14.133/2021 são: menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior lance (no caso de leilão) e maior retorno econômico;
- e) Na contratação integrada, após o contratado elaborar o projeto básico, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deve ser submetido à aprovação da Administração, que irá avaliar sua conformidade com os parâmetros estabelecidos no edital e a aderência às normas técnicas. Qualquer alteração que possa comprometer a qualidade ou a

durabilidade do empreendimento é vedada, e o contratado é isentado de responsabilidade total pelos riscos associados ao projeto básico.

42. No que diz respeito ao regime jurídico das empresas estatais, conforme estabelecido no ordenamento jurídico e na doutrina do Direito Administrativo, as empresas públicas e sociedades de economia mista:

- a) Contam com um quadro de pessoal admitido mediante concurso público, não sendo afetadas pela vedação constitucional de acumulação de cargos ou empregos públicos;
- b) Remuneram seus agentes com vencimentos, proventos, pensões ou outras formas de remuneração, que, em qualquer situação, não podem exceder o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- c) Oferecem estabilidade aos seus agentes por meio de concurso público após três anos de efetivo exercício, com a possibilidade de perda do cargo apenas em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo;
- d) Possuem um quadro de pessoal regido pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas sujeito a algumas restrições aplicáveis aos servidores públicos;
- e) Fazem parte da estrutura da administração indireta, têm personalidade jurídica de direito público e possuem como finalidade a prestação de serviços públicos e a exploração de atividades econômicas de interesse social.

43. A atuação da Administração Pública ocorre por meio de várias formas, sendo o exercício do poder de polícia uma das suas manifestações,

- a) dotada de exigibilidade, o que proporciona meios indiretos para a sua execução, como a imposição de multas. Além disso, quando previsto em lei ou para evitar danos irreparáveis ao interesse público, ela permite a autoexecutoriedade, o que envolve o uso de medidas diretas de coação;
- b) das restrições administrativas às atividades do particular, sendo seu atributo principal a imperatividade, que permite a aplicação de medidas repressivas a critério do agente público, mesmo na ausência de disposição legal expressa;
- c) na imposição de penalidades a indivíduos que celebram contratos com a Administração ou estabelecem qualquer relação jurídica com ela, elevando a Administração a uma posição de supremacia em benefício da busca pelo interesse público;
- d) somente quando o poder público age de forma repressiva, seja na esfera administrativa, através da imposição de multas e sanções, ou na esfera judicial, envolvendo a apreensão de bens e restrições às liberdades individuais;
- e) dotada de imperatividade, mas não é necessariamente coercitiva, o que implica que a autorização judicial prévia é necessária para a adoção de medidas que envolvam restrições à propriedade ou à liberdade individual.

44. Um edital foi publicado por órgão público municipal com a finalidade de realizar concurso público de provas e títulos. Contudo, a Administração Pública não antecipava a alta quantidade de inscrições, resultando na falta de um planejamento adequado para a realização das provas a todos os candidatos. Adicionalmente, a arrecadação municipal ficou significativamente aquém do esperado, suscitando dúvidas quanto à viabilidade de nomear os aprovados no concurso. Diante dessa situação, a Administração municipal:

- a) deve anular o concurso devido aos vícios de legalidade identificados;
- b) deve republicar o edital do concurso público, reduzindo o número de cargos disponíveis, sob o risco de anulação do certame;
- c) pode revogar o certame devido às razões de interesse público que surgiram posteriormente e foram demonstradas para justificar essa ação;
- d) pode revogar o certame municipal somente se for comprovada a falta de recursos para cobrir as novas despesas resultantes das aprovações do concurso;
- e) não é permitido revogar o certame devido à redução de receitas, sendo obrigatória a sua continuidade. Assim sendo, o edital deverá ser republicado postergando a realização da primeira prova, visando reorganizar sua aplicação para o novo contingente de candidatos.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

45. Uma das principais características dessa técnica orçamentária é a existência de programa de trabalho. Ademais, o objeto do gasto público torna-se secundário, apesar de ainda ser bastante importante. Apesar disso, ainda existe, nessa espécie de orçamento, um nível de controle de custos dos programas de trabalho a serem realizados.

A técnica orçamentária, no que diz respeito à evolução conceitual do orçamento público é

- a) orçamento-programa
- b) orçamento por resultados
- c) orçamento por realizações
- d) orçamento inercial
- e) orçamento por estratégia

46. Conhecer o montante de recursos de que dispõe o Estado e determinar a sua destinação, de maneira equilibrada, transparente e justa, é fundamental nos dias de hoje para qualquer país. Afinal, a administração de tais recursos deve ser feita de forma eficiente, e a sua aplicação precisa ser realizada criteriosamente, para que se possa atender às necessidades públicas da maneira mais ampla e satisfatória possível. Acerca do que dispõe as regras orçamentárias e ao Direito Financeiro comparada, assinale a alternativa incorreta.

- a) O caráter misto do orçamento público denota o fato de que o Poder Executivo – através do Presidente da República – e o Poder Legislativo – por meio das duas Casas do Congresso Nacional – concorrem para a sua elaboração.
- b) Sendo o orçamento público um relevante instrumento de planejamento e controle financeiro, presente em praticamente todos os ordenamentos jurídicos das nações democráticas modernas, imperioso conhecer e analisar as linhas mestras de alguns sistemas normativo-financeiros, escolhidos como paradigmáticos.
- c) O Brasil tem feito uso desta importante ferramenta do direito comparado para aperfeiçoar as normas do seu Direito Financeiro, tendo como exemplo recente a Lei de Responsabilidade Fiscal, diploma fortemente influenciado pelas experiências Neozelandesa e Norte-americana.
- d) A importância do estudo das diferenças e semelhanças dos sistemas e das normas orçamentárias de diferentes nações se faz, a cada dia, mais relevante, especialmente pela influência da globalização e das transformações socioeconômicas nas últimas décadas.
- e) Em matéria de finanças públicas, a Constituição atribui competência legislativa à União para estabelecer normas gerais, conferindo aos Estados e Municípios a respectiva competência suplementar, determinando que o instrumento normativo para dispor sobre essas normas gerais será a Lei Ordinária, através dos instrumentos de planejamento conhecidos como PPA, LDO e LOA.

47. A classificação da receita pública por indicador de resultado primário é uma ferramenta essencial para o monitoramento da saúde financeira do Estado. Dentre as origens das receitas, aquela que é mais diretamente vinculada ao resultado primário, denotando a capacidade do governo de financiar e amortizar dívidas, é:

- a) Outras Receitas Correntes.
- b) Receitas de Serviços.
- c) Operações de crédito.
- d) Receita Tributária.
- e) Receitas de Capital.

48. No contexto da gestão pública, a classificação da despesa por indicador de resultado primário é crucial para avaliar a capacidade do governo em controlar seus gastos e obter um equilíbrio fiscal. Dentro das categorias de despesas e grupos, aquela que menos influencia diretamente o resultado primário, pois se refere a gastos de natureza financeira e não impacta imediatamente o resultado fiscal, é:

- a) Despesas Correntes.
- b) Despesas de Capital.
- c) Transferências de Capital.
- d) Juros e Encargos da Dívida.
- e) Amortização de empréstimos.

49. O município Lauro de Freitas ultrapassou o limite de despesas com pessoal previsto na LRF no último quadrimestre. Diante disso, o gestor público, preocupado com as sanções impostas pela lei, buscou identificar as ações que podem ser adotadas para reverter esse cenário.

Diante do exposto na no ordenamento jurídico, qual das alternativas representa uma ação viável para a gestão de Lauro de Freitas de acordo com a LRF?

- a) Redução dos repasses obrigatórios de recursos para a saúde e educação.
- b) Criação de novos cargos comissionados para redistribuir os gastos com pessoal.
- c) Redução de todo o quadro de cargos em comissão e funções de confiança.
- d) Diminuição dos contratos temporários e terceirizados.
- e) exoneração dos servidores não estáveis.

50. O município Camaçari foi contemplado com uma transferência voluntária do governo federal para a construção de um novo centro de saúde, visando aprimorar o atendimento à população local. Durante a execução da obra, foi identificada uma emergência financeira em outro setor, demandando a realocação de parte dos recursos para esse fim.

Diante desse cenário, qual das alternativas a seguir expressa a disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal a respeito da utilização dos recursos de transferências voluntárias?

- a) Os recursos podem ser realocados para atender a emergências imprevistas, independentemente de autorização prévia.
- b) É permitida a utilização dos recursos para despesas que atendam outras áreas prioritárias do município.
- c) O uso dos recursos transferidos é restrito à finalidade específica prevista no ato que autorizou a transferência.
- d) A reafetação dos recursos pode ser realizada mediante justificativa ao Tribunal de Contas local.
- e) A aplicação dos recursos pode ser realizada conforme critérios estabelecidos pelo gestor municipal.

51. O governo do estado "X" planeja celebrar um convênio com uma empresa privada do ramo educacional, visando a construção e manutenção de escolas públicas em áreas carentes do estado. Esse convênio estabelece que a empresa ficará responsável por toda a operação das escolas, desde a construção até a gestão dos serviços educacionais, e o governo estadual repassará recursos para subsidiar parte das despesas do empreendimento educacional.

Diante dessa situação, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, qual das alternativas a seguir expressa a disposição sobre a destinação de recursos ao setor privado?

- a) É vedada a destinação de recursos públicos para subsidiar empresas privadas, salvo em casos de calamidade pública.
- b) A destinação de recursos ao setor privado é permitida apenas para instituições filantrópicas.
- c) Os entes federativos podem destinar recursos ao setor privado somente para investimentos em infraestrutura.
- d) A destinação de recursos ao setor privado é admitida, desde que haja contrapartida com a oferta de serviços ou bens à população.
- e) A destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica e compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Santanna

52. Uma equipe de auditores de um tribunal de contas recebeu um relatório sobre o pagamento de vagas em creches privadas para atendimento de crianças até 5 anos de idade, para as quais foi informado que não havia vagas nas creches municipais, na região onde as respectivas famílias residiam. Os auditores resolveram pedir um relatório sobre a ocupação de vagas nas creches da referida região, com o objetivo de constatar se não havia ociosidade e confirmar a pertinência do gasto.

A análise dos relatórios de gastos e das planilhas com informações sobre capacidade e nível de ocupação das creches está alinhada com a técnica de:

- a) circularização;
- b) análise de contas;
- c) mapa de processo;
- d) conferência de cálculos.
- e) revisão analítica;

53. Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Quando o relatório é utilizado para transmitir o nível de asseguarção, a opinião deve ser apresentada em um formato padronizado. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes e generalizados, ele deve emitir uma opinião:

- a) modificada com ressalva
- b) não modificada
- c) modificada adversa
- d) modificada com abstenção de opinião
- e) não modificada qualificada

54. Após o recebimento de uma série de recomendações e notificações do tribunal de contas sobre a aplicação de recursos de transferências vinculados à área de saúde, uma entidade decidiu realizar uma auditoria com o objetivo de avaliar se ações realizadas ao longo do último exercício financeiro observaram os regulamentos aplicáveis aos recursos transferidos para esta área.

À luz desse objetivo e dos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, o auditor deverá planejar o trabalho com base nas normas para realização de auditoria:

- a) operacional
- b) de conformidade
- c) de demonstrações contábeis
- d) de avaliação da gestão
- e) especial

55. As auditorias _____ são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações apresentadas pela parte responsável. As auditorias _____ são, normalmente, trabalhos de relatório direto. As auditorias _____ podem ser trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.

Assinale a assertiva que preenche corretamente as lacunas:

- a) Financeiras - operacionais - de conformidade.
- b) Operacionais - financeiras- de conformidade.
- c) De conformidade - operacionais - financeiras.
- d) De conformidade - financeiras - operacionais.
- e) Financeiras - de conformidade - operacionais.

56. Uma equipe de auditoria interna foi requerida a realizar um exame com o objetivo de fornecer à organização avaliação independente sobre os processos de gerenciamento de riscos conduzidos pela organização.

De acordo com as Normas dos Profissionais de Auditoria Interna, esse trabalho deve ser conduzido sob a perspectiva de um:

- a) relatório direto de conformidade;
- b) serviço de avaliação (assurance);
- c) serviço de consultoria;
- d) trabalho de auditoria de gestão;
- e) trabalho de certificação.

57. Uma parte de extrema relevância nos trabalhos do auditor se refere aos papéis de trabalho, que consiste em documentos que suportam o trabalho de auditoria.

Nesse contexto, o auditor deve observar que:

- a) a elaboração de papéis de trabalho é de responsabilidade exclusiva do auditor;
- b) o início da elaboração dos papéis de trabalho deve se dar a partir do término do planejamento da auditoria;
- c) os papéis de trabalho permanentes são aqueles de uso contínuo e diário, disponíveis para consulta ano após ano;
- d) os papéis de trabalho devem ser mantidos até o encerramento dos trabalhos de auditoria do exercício seguinte;
- e) os papéis de trabalho não devem ser usados em mais de um trabalho de auditoria.

58. As ações de fiscalização têm como fim último o cumprimento de princípios constitucionais para assegurar a aplicação regular dos recursos públicos. As ações de fiscalização devem ser realizadas a partir de instrumentos adequados à situação de referência.

Ao ser designado para realizar uma ação de fiscalização, um agente de controle deve observar que a inspeção:

- a) é aplicada na apuração de representações quanto a legalidade, legitimidade e economicidade de fatos da administração;
- b) é o instrumento mais adequado para avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações;
- c) é o instrumento utilizado por um órgão de controle para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos;
- d) permite verificações de atos à medida que estes são realizados e com uma periodicidade maior;
- e) precisa ser realizada a partir da autuação de processo de controle externo ou por meio de visitas técnicas.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

59. Uma empresa estatal do glorioso Estado de Audazes do Norte adquiriu mercadorias a serem comercializadas a baixo custo. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a mensuração desse estoque deverá ser baseada no seguinte critério:

- a) pelo custo corrente de reposição ou pelo custo de aquisição, dos dois o menor.
- b) pelo valor justo líquido ou pelo valor realizável líquido, dos dois o maior.
- c) pelo custo corrente de reposição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o maior.
- d) pelo valor realizável líquido ou pelo custo de aquisição, dos dois o menor.
- e) pelo custo corrente corrigido ou pelo custo de aquisição, dos dois o maior.

60. A respeito do Balanço Orçamentário (BO), disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise os itens em relação aos quadros que compõem essa demonstração contábil.

I. no quadro principal, quando da ocorrência de déficit orçamentário, esse valor deverá ser apresentado junto às receitas, com a finalidade de demonstrar o equilíbrio do BO.

II. no quadro da execução de restos a pagar processados, as entidades governamentais devem apresentar a coluna dos restos a pagar liquidados, em observância ao princípio da transparência.

III. no quadro principal, na linha superávit financeiro de exercícios anteriores, será apresentado os valores decorrentes da previsão da receita atualizada e da realizada até o bimestre, correspondendo ao montante da execução dos referidos créditos adicionais.

Com base no MCASP, assinale a opção correta.

- a) somente o item II está incorreto.
- b) somente os itens I e II estão corretos.
- c) somente o item III está correto.
- d) somente o item I está correto.
- e) todos os itens estão corretos.

61. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) corresponde a uma ferramenta que consiste na consolidação das contas nacionais e instrumentalização das normas internacionais de contabilidade, apresentando os aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal. À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), caso determinado auditor de controle externo necessite verificar o registro e a evidenciação do orçamento público, o aspecto a ser analisado será:

- a) o patrimonial.
- b) o fiscal.
- c) o orçamentário.
- d) o misto.
- e) o de competência.

62. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) fornecem informações aos usuários para a tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil e suportam o cumprimento dos objetivos da informação contábil. A característica que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos é a denominada

- a) relevância.
- b) tempestividade.
- c) compreensibilidade.
- d) comparabilidade.
- e) verificabilidade.

63. As informações sobre a situação patrimonial das entidades governamentais permitem aos usuários identificarem os recursos e suas demandas na data de divulgação do relatório contábil de propósito geral (RCPG), fornecendo informações úteis como subsídios para as seguintes avaliações:

- I. no cumprimento pela Administração em relação as suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos.
- II. ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos e aos montantes dos fluxos de caixa presentes, necessários à prestação dos serviços.
- III. nas disponibilidades dos recursos para darem suporte às atividades de prestação de serviços e as mudanças durante o exercício relativa à composição desses recursos.

Em conformidade com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, assinale a opção correta.

- a) somente os itens II e III estão incorretos.
- b) somente os itens I e III estão corretos.
- c) somente o item II está correto.
- d) somente o item I está incorreto.
- e) todos os itens estão corretos.

64. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia as entradas e saídas de caixa, classificando-as em: fluxo operacional, fluxo de investimento e fluxo de financiamento. Destarte, o efeito causado pelas mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, devem ser apresentados

- a) no fluxo de caixa das atividades operacionais.
- b) separadamente das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.
- c) no fluxo de caixa das atividades de financiamento.
- d) em moeda estrangeira à taxa cambial na data do fato gerador do fluxo de caixa.
- e) no fluxo de caixa das atividades de investimento.

65. As entidades do setor público deverão evidenciar provisões para reestruturação quando for provável que haja uma saída de recursos decorrentes deste processo. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as opções a seguir indicam exemplos de eventos que se enquadram na definição de reestruturação, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) encerramento das atividades de uma agência governamental.
- b) eliminação de um nível de gerência.
- c) o fechamento de uma atividade ou serviço.
- d) reorganizações fundamentais com efeito material.
- e) realocação de funcionários e investimento em novos sistemas.

CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA*Silvio Sande*

66. Uma entidade possuía, em 31/12/2020, dois terrenos, que estavam contabilizados em seu ativo imobilizado, por R\$ 1.000.000 e R\$ 1.300.000.

Em 2021 a entidade transferiu os dois terrenos para a conta Propriedade para Investimento, pois a intenção passou a ser valorização do capital.

Na data da transferência, o valor justo de cada um dos terrenos era de R\$ 1.100.000.

Assinale a opção que indica o efeito da contrapartida do reconhecimento do valor justo dos dois terrenos.

- a) Diminuição de R\$ 100.000 em ajustes de avaliação patrimonial.
- b) Aumento de R\$ 100.000 em resultado do exercício.
- c) Diminuição de R\$ 200.000 em resultado do exercício.
- d) Aumento de R\$ 100.000 em ajustes de avaliação patrimonial e diminuição de R\$ 200.000 no resultado do exercício.
- e) Diminuição de R\$ 100.000 em ajustes de avaliação patrimonial e aumento de R\$ 200.000 no resultado do exercício.

67. Em 01/03/2018, uma empresa adquiriu computadores para utilizar em seu negócio, por R\$ 120.000. A empresa esperava utilizar os computadores durante cinco anos e doá-los a seus colaboradores. Em 31/12/2019, a empresa refez sua estimativa, pretendendo utilizar os computadores até 31/12/2021 e, depois, vendê-los por R\$ 16.000. Assinale a opção que indica o valor contábil dos computadores, evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020.

- a) R\$ 30.000
- b) R\$ 40.000
- c) R\$ 44.000
- d) R\$ 46.000
- e) R\$ 52.000

68. Determinada empresa efetuou as seguintes transações no primeiro semestre de 2020:

- Integralização de capital social, por meio de um imóvel, no valor de R\$ 500.000,00.
- Compra de estoque à vista, por R\$ 50.000,00.
- Aquisição de ações em tesouraria, por R\$ 20.000,00
- Compra de automóvel à vista, por R\$ 40.000,00.
- Recebimento de dividendos, no valor de R\$ 25.000,00
- Compra de móveis, para pagamento em agosto de 2021, por R\$ 30.000,00.
- Pagamento de empréstimo bancário, no valor de R\$ 8.000,00.
- Pagamento dos salários de funcionários, no valor de R\$ 4.000,00.
- Resgate de debênture no valor de R\$ 36.000,00.
- Pagamento de dividendos, no valor de R\$ 15.000,00.

Considerando as transações acima, o Fluxo de Caixa de Financiamento no semestre, evidenciado em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi de

- a) Consumo de R\$ 59.000,00.
- b) Consumo de R\$ 64.000,00.
- c) Consumo de R\$ 79.000,00.
- d) Consumo de R\$ 82.000,00.
- e) Geração de R\$ 3.000,00.

69. Em 31/12/2021, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo		Patrimônio Líquido	
Caixa	200.000	Capital Social	180.000
Máquinas	100.000	Reserva de Lucros	120.000
Ativo Total	300.000	PL Total	300.000

A máquina possui vida útil de 10 anos e possui um valor residual de 18.000.

A sociedade empresária construiu, de 01/01/21 a 30/06/21, uma máquina para utilizar em seus negócios.

A sociedade empresária incorreu nos seguintes custos na produção:

materiais: R\$ 100.000;

mão de obra: R\$ 200.000, sendo R\$ 150.000 com funcionários próprios, e R\$ 50.000, com funcionários terceirizados.

Além disso, utilizou a máquina que a empresa possuía durante o processo de produção. Ainda, contraiu um financiamento de longo prazo em um banco, no valor de R\$ 50.000, com juros de 12 % ao semestre, para a construção da máquina.

Assinale a opção que indica o valor adicionado a distribuir da sociedade empresária, considerando apenas esses fatos.

- a) R\$ 75.000.
- b) R\$ 80.000.
- c) R\$ 105.000.
- d) R\$ 107.000.
- e) R\$ 156.000.

70. Utilizando-se os indicadores de atividade da Contabilidade Gerencial, podemos construir um indicador em número de dias do prazo médio, em que se desenvolve todo o processo produtivo, comercial e financeiro da empresa. Encontre os dias do ciclo operacional e financeiro de uma determinada empresa, a partir dos dados a seguir:

- Prazo médio de recebimento: 50 dias;
- Prazo médio de estocagem: 120 dias; e,
- Prazo médio de pagamento: 36 dias.

É possível concluir que os dias do ciclo operacional e do ciclo financeiro da empresa são, respectivamente:

- a) 50 dias e 36 dias.
- b) 134 dias e 170 dias.
- c) 170 dias e 134 dias.
- d) 170 dias e 206 dias.
- e) 206 dias e 170 dias.

**ENGENHARIA – PROJETO, PLANEJAMENTO
E CONTROLE DE OBRAS, EDIFICAÇÕES,
MATERIAIS E TECNOLOGIA DAS
CONSTRUÇÕES (ESPECIFICAÇÕES E
CONTROLE), INFRAESTRUTURA VIÁRIA**

Guilherme Venturim

71. De acordo com o Manual de Drenagem de Rodovias do DNIT, a função primordial da drenagem de uma rodovia é eliminar a água que, sob qualquer forma, atinge o corpo estradal, captando-a e conduzindo-a para locais em que menos afete a segurança e durabilidade da via. Sobre a drenagem de rodovias, analise as assertivas a seguir:

- I. As obras para transposição dos talvegues podem ser pontes, pontilhões, bueiros e corta-rios.
- II. O objetivo da drenagem superficial de uma rodovia é interceptar e captar, conduzindo ao deságue seguro, as águas provenientes de suas áreas adjacentes e aquelas que se precipitem sobre o corpo estradal, resguardando sua segurança e estabilidade.
- III. De maneira geral, é fundamental mantermos o nível do lençol freático a profundidades de 1,50 a 2,00 metros do subleito das rodovias. Dentre os recursos disponíveis para isso, estão: drenos profundos; drenos espinha de peixe e colchão drenante.

Estão corretas:

- a) somente I.
- b) somente I e III.
- c) somente II.
- d) somente II e III.
- e) todas as alternativas.

72. No dimensionamento de pavimentos flexíveis pelo Método do DNER – apresentado no Manual de Pavimentação do DNIT – a capacidade de suporte do subleito e dos materiais constituintes dos pavimentos é feita através dos ensaios de C.B.R. (California Bearing Ratio) em corpos de prova indeformados ou moldados em laboratório para as condições de massa específica aparente e umidade especificadas para o serviço. Sobre a classificação destes materiais, é INCORRETO afirmar que:

- a) materiais do subleito devem apresentar uma expansão, medida no ensaio C.B.R., menor ou igual a 2% e um C.B.R. $\geq 5\%$.
- b) materiais para reforço do subleito devem apresentar C.B.R. maior que o do subleito e expansão $\leq 1\%$.
- c) materiais para sub-base deve apresentar C.B.R. $\geq 20\%$, I.G. = 0 e expansão $\leq 1\%$.
- d) materiais para base devem apresentar C.B.R. $\geq 80\%$ e expansão $\leq 0,5\%$.
- e) para a camada de base, nos casos em que o número de repetições do eixo-padrão (N), durante o período do projeto, for $N \leq 5 \times 10^6$, podem ser empregados materiais com C.B.R. $\geq 60\%$.

73. O cronograma de Gantt, como originalmente concebido, é uma ferramenta gráfica usada em gerenciamento de projetos para representar o planejamento e o agendamento de tarefas ao longo do tempo. Ele é chamado assim em homenagem ao engenheiro norte-americano Henry L. Gantt, que o desenvolveu no início do século XX.

Sobre o Cronograma de Gantt, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) representa um gráfico onde as atividades figuram à esquerda e suas respectivas barras são desenhadas à direita em uma escala de tempo.
- b) o comprimento das barras representa a duração estimada da atividade, cujas datas de início e fim podem ser lidas nas subdivisões da escala.
- c) permite a visualização da ligação entre as atividades, das folgas no cronograma e do caminho crítico que determina a duração total do projeto.
- d) constitui uma importante ferramenta de controle, por ser visualmente atraente, fácil de ser lido e por apresentar de maneira simples e imediata a posição relativa das atividades ao longo do tempo.
- e) com o passar dos anos, versões aprimoradas surgiram, como as que introduzem dados retirados da rede PERT/CPM, recebendo a denominação de “cronograma integrado Gantt-PERT/CPM”.

74. O Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes – Volume 1: Metodologia e Conceitos (2017) estabelece os custos de referência da mão de obra definidos para as diversas categorias profissionais do SICRO. Estes custos, considerando as condições normais de jornada e ambiente de trabalho, são definidos em função das seguintes parcelas:

- a) salários e encargos sociais.
- b) salários, encargos sociais, encargos complementares e encargos adicionais.
- c) salários, encargos sociais e encargos complementares.
- d) salários, encargos complementares e encargos adicionais.
- e) salários, encargos sociais, encargos complementares e adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade.

ENGENHARIA – MEIO AMBIENTE

André Rocha

75. Em relação às temáticas de licenciamento ambiental e avaliação de impactos ambientais, assinale a alternativa correta.

- a) Se houver exigência de Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente nos processos de licenciamento ambiental, tais documentos devem ser submetidos ao IBAMA para avaliação, independentemente do ente federativo responsável pelo licenciamento, em virtude de serem exigidos quando o impacto ambiental é significativo.
- b) Para as licenças ambientais de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio, fica garantida a realização de audiências públicas.
- c) O Estudo de Impacto Ambiental deve definir medidas mitigadoras dos impactos positivos e negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.
- d) Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do órgão ambiental licenciador.
- e) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando a licença automaticamente renovada caso não haja manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

76. Com base na Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, assinale a alternativa incorreta.

- a) A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, embora os usos prioritários sejam o consumo humano e a dessedentação de animais.
- b) Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas das chuvas é um objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- c) A outorga não implica a alienação total das águas, apenas parcial.
- d) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural, independe de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.
- e) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

SEGURANÇA DO TRABALHO

Mara Camisassa

77. Sobre as medidas de prevenção contra queda de altura em obras, analise as afirmativas a seguir.

- I. A proteção coletiva rígida, quando constituída por anteparos com fechamento total do vão, deve ter altura mínima de 1,20m.
- II. A proteção, quando constituída por anteparos rígidos em sistema de guarda-corpo e rodapé, deve ter vãos entre travessas preenchidos com tela ou outro dispositivo que garanta o fechamento seguro da abertura.
- III. O uso de redes de segurança para proteção de periferia deve estar associado a um sistema com altura mínima de 3,0m que impeça a queda de materiais e objetos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

78. Na indústria da construção, a NR 18 norteia a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho. Nesse contexto normativo, entende-se que:

- a) é permitido reutilizar contêiner, originalmente utilizado para transporte de cargas, em áreas de vivência;
- b) é permitida a construção de vaso sanitário (gabinete sanitário) em um local com área de 1,5 m²;
- c) deve ser instituído um ambulatório em canteiro de obras com 20 trabalhadores ou mais;
- d) é permitido o uso de três ou mais camas na mesma vertical, desde que a altura livre entre uma cama e outra e entre a última e o teto seja de, no mínimo, um metro;
- e) o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT) é obrigado a ser confeccionado em estabelecimentos com 10 trabalhadores ou mais.

CODIGO PENAL

Priscila Silveira

79. Com relação ao homicídio culposo, marque a alternativa correta:

- a) No homicídio culposo, a pena é aumentada de metade, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.
- b) No homicídio culposo, a pena é aumentada de um terço, se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato.
- c) A pena aumenta de um terço até metade se o autor do crime foge para evitar prisão em flagrante.
- d) Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá afastar a tipicidade, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- e) Não é possível perdão judicial, pois neste crime só cabe o perdão a ser dado pelo ofendido.

80. De acordo com o crime perigo para a vida ou saúde de outrem, é correto afirmar que:

- a) Para a consumação do crime, não basta a exposição da vida ou a saúde de outrem a perigo, sendo necessário causar o dano a outrem.
- b) A exposição a vida ou a saúde de outrem ocorre apenas se o perigo for atual.
- c) A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo de qualquer meio de transporte de pessoas.
- d) Se a conduta for praticada com inobservância do dever de cuidado, o autor será punido na forma culposa.
- e) A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais

DISCURSIVAS

Redija um texto dissertativo acerca de gestão pública e governança. Ao elaborar seu texto, aponte:

- a) Pelo menos 3 diferentes abordagens doutrinárias de governança;
- b) A relação entre governança e accountability;

Linha	Folha de Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 2

Tendo em vista que as responsabilidades do auditor incluem a emissão de relatórios sobre demonstrações contábeis por eles auditadas, responda, com base na NBC TA, aos seguintes questionamentos.

- Qual situação justifica a emissão de relatório com opinião não modificada?
 - Que situações motivam a emissão de relatório com modificação de opinião?
 - Em que situações é apropriada a emissão de opinião com ressalva ou a emissão de opinião adversa?
-

Linha	Folha de Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
